

## **PARECER DE HABILITAÇÃO**

**Processo Licitatório nº 06/2025**

### **I – RELATÓRIO**

Cuidam os autos da análise da documentação apresentada pela empresa AVANTE TOPOGRAFIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 61.724.311/0001-98, enquadrada como Microempresa (ME), com sede na cidade de Divinópolis/MG, para fins de habilitação no certame em epígrafe, cujo objeto versa sobre a contratação de serviços técnicos especializados de topografia e atividades correlatas, sob demanda, nos termos do Termo de Referência aprovado pela Diretoria Executiva do CIMMVI (itens 10.4 a 10.45).

A fase de habilitação constitui etapa procedimental indispensável ao processo licitatório, na forma dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, competindo à Administração a verificação da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira, social e trabalhista, bem como da qualificação técnica-operacional e técnico-profissional das licitantes.

Passo à análise pormenorizada.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

#### **1. Habilitação Jurídica**

Nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, a habilitação jurídica será demonstrada pelo registro do ato constitutivo da empresa, bem como, quando aplicável, pela autorização para o exercício da atividade junto ao órgão de fiscalização profissional competente.

A empresa apresentou:

- a)** Contrato Social devidamente registrado na JUCEMG em 14/07/2025 (NIRE 31216723022), com cláusulas claras acerca do objeto social (cartografia, topografia, geodésia, georreferenciamento, levantamentos planialtimétricos, plantas, memoriais e locação de obras), além da indicação de seus sócios-administradores.
- b)** Ato de autorização da pessoa jurídica perante o Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), comprovando a habilitação legal da empresa para o exercício da atividade de topografia.

#### **2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

O art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, exige comprovação de inscrição no CNPJ, regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, bem como inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

Deste modo, a empresa apresentou:

- a) Comprovante de Inscrição no CNPJ (RFB), com situação ativa e CNAE compatível com o objeto.
- b) Certidão Negativa de Débitos Federais e Dívida Ativa da União, válida até 10/02/2026.
- c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais – SEF/MG, válida até 12/11/2025.
- d) Inscrição Municipal nº 2503189 em Divinópolis/MG, ativa e vinculada ao ramo de topografia.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, em nome da licitante.
- f) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), apresentado e válido à época da análise.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), válida até 10/02/2026.

Portanto, resta apontar que o requisito do item 2, Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, fora integralmente atendido, em conformidade com o art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3. Qualificação Econômico-Financeira**

Adiante, dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 que a qualificação econômico-financeira será comprovada pela apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, bem como pela certidão negativa de falência.

No presente caso, considerando tratar-se de empresa recém-constituída em 14/07/2025, a licitante apresentou Balanço de Abertura devidamente assinado por profissional contábil habilitado, nos termos do art. 65, §1º, que autoriza a substituição das demonstrações de exercícios anteriores pelo balanço de abertura quando se tratar de empresa criada no exercício da licitação.

Do mesmo modo, a empresa apresentou a Certidão Negativa de Falência, válida e expedida pelo distribuidor competente.

Sendo assim, ressalta-se que a empresa cumpre integralmente a habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 69, incisos I e II, e do art. 65, §1º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **4. Qualificação Técnico-Operacional**

Nos termos do art. 67, incisos II a VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração pode exigir a apresentação de atestados que comprovem a aptidão da empresa para o desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos.

A licitante apresentou dois atestados emitidos por pessoas jurídicas distintas, referentes a serviços de georreferenciamento, planialtimetria, locação de obras, elaboração de memoriais descritivos, demarcação e nivelamento, todos compatíveis com o objeto da presente contratação. Ressalte-se que o objeto social constante no contrato social está em plena

consonância com os serviços atestados.

Conclui-se, portanto, que o requisito da habilitação no que tange à qualificação técnico-operacional foi plenamente atendido, em conformidade com o art. 67, incisos II a VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **5. Qualificação Técnico-Profissional**

Consoante o art. 67, inciso I e §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, exige-se a apresentação de profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por serviços semelhantes, devendo o(s) mesmo(s) integrar(em) a execução contratual.

A licitante apresentou:

Helielson Rodrigues, Técnico em Agrimensura, inscrito no CFT, com atestados expedidos pela AMVI comprovando atuação contínua entre 2010 e 2024.

Leonardo Rezende Faria de Oliveira, Técnico em Agrimensura, inscrito no CFT, também com atestados da AMVI no mesmo período.

Destarte, ambos profissionais apresentam robusta experiência comprovada e estão devidamente registrados no CFT, preenchendo o requisito da qualificação técnico-profissional.

A fim disso, a função de Auxiliar de Topografia, não regulamentada por conselho profissional, foi considerada atendida mediante a comprovação de equipe operacional vinculada ao contrato.

Portanto, tem-se por atendido o requisito da habilitação técnico-profissional, em conformidade com o art. 67, inciso I e §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, analisados os documentos apresentados pela empresa AVANTE TOPOGRAFIA LTDA, conclui-se que foram integralmente atendidos todos os requisitos de habilitação previstos no Termo de Referência (itens 10.4 a 10.45) e nos arts. 66 a 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim, opino pela HABILITAÇÃO INTEGRAL da empresa AVANTE TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ nº 61.724.311/0001-98, para prosseguimento no certame em epígrafe.

É o parecer.

Divinópolis/MG, 09 de setembro de 2025.

**Ruan Brandão Raposo Simões**  
**Chefe do Departamento de Licitações do CIMMVI**

**R. Irmã Marta Morato, 241, bairro Bom Pastor, Divinópolis - MG, 35500-140**